

42
[Handwritten signature]

—
—
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO**

--- Aos vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e dezassete minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMNM, indicado pelo MPT, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Confiança** - António José Gouveia Gomes (PS), Cristiana Martins de Sousa (BE), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Francisco José Barros Andrade (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Igor Davide Ribeiro Andrade (BE), Joana José Pedra Coelho (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), Marco Nuno Franco Freitas (PS), Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS), Orlando Manuel Henriques Fernandes (JPP), Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira (PS), Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Cristina Sousa Silva (PS). -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Luísa Sousa e Freitas, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, Carlos André Camacho Alves, Duarte Paulo Quintal Pereira, João Paulo Pereira Marques, José Agostinho Freitas Baptista, Luís Miguel Moura de Sousa, Raquel João Martins da Silva, Robert Miguel Andrade de Castro, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno

Pimenta Camacho e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo. -----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Rui Miguel da Silva Barreto e Elias Rodrigues Homem de Gouveia. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, alertando para o facto de as pessoas que estão a assistir àquela Sessão, não se poderem manifestar, de qualquer forma. Pois, na última Sessão daquela Assembleia, infelizmente, tinha havido muitas deselegâncias proferidas por pessoas que estavam a assistir à Assembleia, dirigidas às Senhoras Deputadas que se encontram sentadas nas últimas cadeiras. -----

Manifestou, ainda, que tem todo o gosto em que as pessoas assistam à Assembleia e por querer que aquela seja uma Casa digna e dignificada, não pode tolerar, de acordo com a Lei, que haja interferência do público no decorrer dos trabalhos da Assembleia. -----

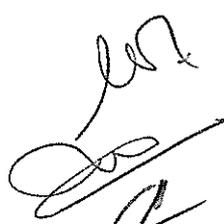
Como tal, reforçou o seu pedido, de se absterem de qualquer manifestação enquanto público. -----

Posto isto, deu conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

—

—

1/3


1.1. A Deputada Municipal Rubina Vanessa da Silva Rebelo, deputada municipal eleita pelo grupo Municipal Confiança, indicado pelo JPP, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Rodolfo de Sousa Alves. -----

1.2. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro. -----

1.3. O Deputado Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, eleito pelo Grupo Municipal Confiança, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Marco Nuno Franco Freitas. -----

1.4. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD comunicou a sua ausência, sendo substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

1.5. A Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Agostinho Freitas Baptista. -----

2. EXPEDIENTE: -----

2.1. A Senhora Vereadora Idalina Perestrelo enviou um convite para a Abertura Oficial da Exposição "Darwin e a dinâmica dos solos", que se realizou no dia oito de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

2.2. A Câmara Municipal do Funchal enviou um convite para a inauguração da exposição "As Tentações do Senhor Valéry", que se realizou no dia oito de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

2.3. O Embaixador de Espanha e o Capitão-de-mar-e-guerra do Navio-Escola Espanhol "Juan Sebastián de Elcano", enviou um convite para uma receção a bordo, que se realizou no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

2.4. A DS CRÉDITO enviou um convite para a inauguração da DS CRÉDITO FUNCHAL, que se realizou no dia dezanove de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

2.5. A CPCJ do Funchal enviou um convite para a sessão de Apresentação Pública do Plano Local de promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens, que decorrerá no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia recordou que, de acordo com o nº 3 do artigo 40º do novo Regimento, aquele período está dividido em duas partes. -----

Assim, a primeira parte está destinado a serem discutidos assuntos que se englobam nas alíneas a) e b), do nº 2, do artigo 40º: -----

a) Apreciação de assuntos de interesse local. -----

b) Uso da palavra para tratar de assuntos relativos à administração municipal. -----

A segunda parte destina-se a tratar de assuntos incluídos nas alíneas c) e d), do nº 2 do artigo 40º: -----

c) Deliberação sobre votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, que sejam apresentados por qualquer membro da assembleia, ou pela mesa e tenham interesse para o município. -----

d) Votação de resoluções, recomendações ou moções que sejam apresentadas por qualquer membro da assembleia e tenham interessa para o município. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC, interpelou a Mesa, para informar que retiram a Proposta de Criação de estacionamento Reservado a Viaturas de Emergência, na Avenida Arriaga, junto à Loja do Cidadão do Funchal. -----

- INSCRIÇÕES: -----

--- O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMC, proferiu as seguintes palavras. "O dia vinte de fevereiro de dois mil e dezoito ficará na história da

—

—

44


freguesia do Monte, com a inauguração da nova sede da Associação dos Carreiros do Monte, uma aspiração dos profissionais daquele setor de atividade, que transformou o sonho em realidade. -----

Em meu nome pessoal e dos Carreiros do Monte, muito obrigado Senhor Presidente, à sua equipa e a todos aqueles que trabalharam no processo da construção daquela sede. -----

Anteriormente, os Carreiros do Monte dispunham apenas de uma pequena dispensa cedida pela diocese, onde estavam limitados a fazer uso de cacifos, e agora passam a ter balneários, um espaço de copa e uma sala de convívio. -----

A falta de uma infraestrutura aos Carreiros do Monte, nomeadamente, um lugar onde pudessem tomar banho, fazer as suas refeições e descansar entre turnos, era uma carência muito antiga que os Carreiros tinham solicitado por diversas vezes, durante muitos anos. -

Mas, nenhuma entidade tinha conseguido viabilizar tal aspiração, foi preciso V. Exa ter chegado a esta Câmara para o sonho se tornar em realidade. -----

Além desta obra, foi feita em 2016 a Capela Mortuária do Monte. Há mais de 30 anos que a população manifestava essa Capela, e foi novamente V. Exa que a mandou executar. --

Dentro de meses temos as obras da Estação do Caminho do Comboio, no Largo da Fonte, outra aspiração da população, há muito solicitada. -----

Durante 8 anos, o Executivo do Dr. Miguel Albuquerque prometeu a Capela Mortuária e a recuperação da Estação do Comboio do Monte, e além disso, um Comboio entre o Largo da Fonte e o Terreiro da Luta, mas nunca ouvi sequer o comboio a apitar, tudo promessas eleitorais e nada foi feito. -----

Senhora Vereadora Rubina Leal, V. Exa estava nesse Executivo e sabe bem o que eu estou a dizer, promessas, obra feita na freguesia do Monte, zero, no vosso Executivo. -----

Andam a prometer um Museu do Romantismo, fico a aguardar sentado para ver se isso se torna realidade. Eu penso que em vez da promessa do Museu do Romantismo, devia de

ser feito um Museu das Promessas Não Cumpridas, e até um Museu, não levava tanta promessa, como por exemplo, a Nova Cidade do Toco e a Praça do Castanheiro, tudo promessas que ficaram no papel. -----

Termino, Senhor Presidente, e desejo a V. Ex^a e à sua equipa a continuação do excelente trabalho, que está a realizar neste Concelho.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, tomou, de seguida, a palavra, afirmando o seguinte: “As cidades não podem ser construídas de costas voltadas para as pessoas. Não há política urbana, sem a participação daqueles que serão os seus destinatários finais. Não é por acaso que os principais instrumentos de ordenamento de uma cidade obrigam a um período alargado de discussão pública. -----

É, também por isso, que quanto mais participada for essa discussão, mais justas serão as decisões tomadas, principalmente, porque serão mais próximas do que querem e do que precisam os cidadãos. -----

Haverá poucas decisões mais marcantes para o futuro de uma cidade, do que decidir o encerramento de uma rua. Porque as ruas são as fundações em que a cidade assenta e a partir das quais se desenvolve. -----

Porque guardam a memória e a história de uma cidade. E a história não se apaga. No Funchal, haverá poucas ruas que guardam a memória do Funchal, como guarda a Rua Fernão de Ornelas. Os seus comerciantes, as suas esplanadas, os pequenos negócios que lá existem – é inegável que aqui vive parte da identidade do Funchal. E é essa identidade, essa memória, que importa cuidar. -----

É da identidade do Funchal que esta Câmara não tem cuidado e, mais grave, se prepara agora para desferir um golpe fatal, com o anunciado encerramento da Rua Fernão de Ornelas. E apesar de ter sido anunciado em 2018, a gestão irresponsável e atabalhoada deste dossier começou já em 2016. -----

—

—

45
Lef
A

Primeiro, garantiram que a grande maioria dos comerciantes e residentes era favorável ao encerramento, apenas para, alguns dias depois, serem totalmente desacreditados e desmentidos por um abaixo assinado que exigia que a rua se mantivesse aberta. A partir daí, e no seu estilo habitual de passa-culpas desta Câmara, seria um ápice para que a Fernão de Ornelas passasse de encerrada a novamente aberta, não porque as pessoas assim o exigiram, não porque fosse efetivamente uma má ideia para a cidade, mas porque – imagine-se – afinal não havia dinheiro para fazer o que tinha sido anunciado há apenas 2 meses. -----

Passados 2 anos, a teimosia em encerrar a Rua Fernão de Ornelas voltaria à ordem do dia. Agora o encerramento da rua está disfarçado de requalificação e a pompa e circunstancia do primeiro anúncio já não existiu. -----

Mas o que é exatamente igual é que a Câmara continua a querer fechar ruas sem ouvir quem nelas trabalha, sem ouvir quem nelas vive. O que está em causa é demasiado importante para que seja decidido nas costas das pessoas, sem uma discussão pública prévia. Está visto que a Câmara não quer fazer esse debate. Está visto que a Câmara quer decidir sozinha o futuro dos negócios e das dezenas de postos de trabalho da Rua Fernão de Ornelas. Pois bem, nós não vamos permitir que isso aconteça, não vamos permitir que o futuro do Funchal seja decidido nas costas de quem vive e de quem trabalha na cidade. É por isso que o PSD irá propor que esta Assembleia Municipal realize um debate específico sobre o encerramento da Rua Fernão de Ornelas e sobre o plano de mobilidade da Cidade do Funchal, um debate que traga a esta Assembleia não só especialistas na matéria, mas principalmente que permita a todos os que serão afetados por este encerramento, terem uma palavra a dizer-----

Por mais que V. Exas não queiram, serão os cidadãos a decidir o que querem para a sua cidade." -----

--- O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP, introduziu na discussão do PAOD, o tema sobre o 20 de fevereiro, dizendo que passados oito anos, ainda há muita coisa por esclarecer, e citando para o efeito o Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal do Funchal, no dia 20 de fevereiro, do corrente ano, sublinhou e expôs, no *facebook*: "volvidos 8 anos, menos 1 dia sobre a fatídica aluvião, desconhece-se ainda a aplicação final de todo o montante preconizado na Lei de Meios, havendo anualmente notícias sobre o destino a dar às dotações remanescentes, sabendo que o Funchal ainda tem mais de uma dezena de pequenos cursos de água, na sua esmagadora maioria nas Zonas Altas, a necessitar de intervenção. -----

Não seria prudente V. Exa abrir aos municípios a utilização dessas verbas, em vez de alocá-las discricionariamente à conveniência de quem governa a Região?" -----

Posto isto, o deputado no uso da palavra formulou as seguintes questões: -----

- Alguma vez o senhor Vice-presidente utilizou a sua magistratura, como segundo órgão executivo daquela Câmara, com vista a defender os funchalenses, no sentido de saber por via oficial, através de reuniões de trabalho com o Governo próprio, ou foi esse o motivo de não abrir ao Município do Funchal a utilização das verbas remanescentes? -----

- Com o objetivo de intervir em mais de uma dezena de pequenos cursos de água nas Zonas Altas do Concelho do Funchal, em vez de expor esse assunto por via das redes sociais, procurou o diálogo, a concertação, a ponte de entendimento com o Governo Regional? -----

- Propôs algum eventual acordo assinado entre as duas partes, sob a forma de um contrato-programa? -----

Depois, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara e por este ter, também, utilizado as redes sociais, para desabafar a sua preocupação com a situação do sistema regional de saúde, questionou-o, se alguma vez escreveu, se solicitou uma audiência ou se almoçou /

46


jantou com o Senhor Primeiro-ministro, para saber quando é que aquele irá transferir, os cerca de dezasseis milhões de euros, relativos aos subsistemas de saúde existentes na Região Autónoma da Madeira? -----

--- A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU, começou por saudar a Autarquia por ter tirado, finalmente, da gaveta uma proposta que tinha sido apresentada pelo PCP/PEV-CDU, sobre as lojas históricas, aprovada por unanimidade em vinte e oito de abril de dois mil e dezasseis, e que peca por tardia. -----

Depois, colocou a questão de saber se já existe alguma alternativa para as pessoas que terão de abandonar as hortas urbanas da Ajuda. -----

Transmitiu ainda que alguns moradores do Caminho Velho da Piedade, na freguesia do Imaculado Coração de Maria, manifestaram a sua preocupação sobre a necessidade de colocação de um varandim naquele Caminho, tendo em conta o risco que ali se verifica, porque o espaço é exíguo e apenas dá para passar uma única viatura. -----

- Insistiu ainda no problema manifestado por alguns dos moradores do Caminho da Rochinha sobre o ruído persistente, provocado por uma empresa que ali está instalada. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, afirmando dar voz aos munícipes do Funchal, por não verem satisfeitos alguns dos seus problemas. Referiu, então, que: -----

- A população do Sítio do Tanque, junto ao Hospital dos Marmeleiros, expôs que por várias vezes pediram àquela Autarquia, o alargamento de uma estrada que lá existe, mas que até à data nada foi feito. -----

- Alguns munícipes, da zona de São Roque, têm procedido à limpeza dos terrenos junto às suas casas, e queixaram-se que quando contactam a Câmara Municipal do Funchal, a fim de esta recolher os inertes dessa limpeza, esta não disponibiliza meios para os atender. --

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da

Câmara, que a passou ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, que respondendo à questão do Senhor Deputado João Paulo Marques, disse: "De facto uma política de mobilidade sustentável, pelo menos aquela que é comumente aceite por todas as cidades europeias e por todos os especialistas em mobilidades, visa precisamente ter menos carros na cidade e ter meios alternativos, nomeadamente mobilidade pedonal. -----

As premissas da União Europeia apontam para todas estas valências das cidades se prepararem para emitirem menos dióxido de carbono, por isso, estão a tentar que o automóvel, pelo espaço que ocupa, pela poluição que causa, e também pelas questões de mobilidade sustentável, seja retirado das cidades ou pelo menos diminuído o seu número. Aliás, os próprios projetos da União Europeia, que são financiados e muito importantes para a Região Autónoma, só são financiados nessas premissas. -----

Eu sei que houve no outro dia uma tertúlia, promovida pelo próprio PSD, neste caso o TSD, que dizia, entre outras coisas, que, *andamos cada vez menos a pé e mais de carro e que são valores completamente contraditórios ao que se verifica na Europa, onde a bicicleta e os transportes públicos são cada vez mais utilizados, sendo que dois terços dos gases poluentes que emitimos são provenientes dos transportes.* -----

Esta Câmara dá uma grande importância às questões do ordenamento do território, pelo que é o único município, tanto quanto sei, que recentemente apresentou o PAMUS, não tinha ninguém da bancada do PSD a assistir, mas, eu tenho muito gosto em vos mostrar o que é que diz o nosso Plano, e é a própria realidade que contraria aquilo que estava a dizer, porque se atentarmos ao que foi feito na Rua da Carreira, verificamos que houve uma valorização enorme em toda aquela zona, há hoje mais restauração, há muito mais comércio e há uma valorização muito maior dos imóveis. -----

A Fernão de Ornelas insere-se no nosso PAMUS, não é uma medida isolada e visa, precisamente, dar resposta às soluções que a cidade precisa. -----

—

—

47
[Handwritten signature]

Acho que este tipo de declarações revela muito pouco conhecimento sobre as questões da mobilidade e mobilidade sustentável, talvez possa pedir alguns conselhos aos TSD e passar a frequentar essas tertúlias. Dessa maneira, podia enriquecer-nos com propostas que verdadeiramente fossem importantes para a cidade. -----

Olhando para aquilo que aconteceu em todas as ruas, não que se encerrou, mas que se beneficiou, porque existem muitas modalidades, existem os espaços partilhados, vai perceber que aquilo que se está a passar na Rua Fernão de Ornelas e em todas as outras artérias, que se pretende beneficiar, serão muito importantes para o comércio local, para a restauração, para os serviços, etc.-----

Portanto, não é ignorância do PSD, é ignorância sua, o PSD percebe destas matérias, organiza tertúlias sobre este assunto e chega às mesmas conclusões que todos os especialistas." -----

--- Depois, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que começou por responder ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, que já foram mantidas várias reuniões, em primeiro lugar com o anterior Vice-presidente do anterior Governo Regional, em segundo lugar com o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, e atualmente também foi solicitado ao atual Secretário Regional de Infraestruturas e Equipamentos, uma intervenção nos doze ribeiros locais, que não só permitiria que as pessoas pernoitassem mais descansadas, mas também viabilizaria um conjunto de outras intervenções que o município gostaria, também, de poder efetuar em termos de infraestruturas de saneamento básico, ou até em infraestruturas viárias em algumas zonas, como por exemplo, no Caminho da Casa Branca onde a canalização do ribeiro não existe. -----

E, quando disse que a dotação orçamental deveria estar disponível para as Câmaras poderem fazer, é porque se o governo não fizer, teriam todo o gosto em poder fazer e ter

acesso à mesma dotação financeira nas mesmas condições que outros municípios têm, que serviu para financiar, por exemplo, a repavimentação de uma estrada no Estreito de Câmara de Lobos, ou a recuperação de Veredas na Ribeira Brava ou a consolidação de taludes na Calheta. -----

--- Também a pedido do Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra à **Senhora Vereadora Idalina Perestrelo Luís**, que referiu que as pessoas que possuem hortas urbanas na Ajuda, e que têm manifestado interesse em continuar com uma horta urbana, estão a ser colocadas numa lista para serem recolocadas noutros espaços de hortas urbanas. ----

--- O Senhor Presidente da Assembleia enunciou as Propostas apresentadas pelos Grupos Municipais, começando por dar a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do GMC**, para apresentação da **Proposta de resolução – Propõe à Câmara Municipal do Funchal a adoção de medidas no sentido de minimizar constrangimentos relacionado com a pouca oferta de estacionamento nas imediações do Jardim Botânico da Madeira – Engenheiro Rui Vieira**”, que a seguir se transcreve: -----

“A economia regional tem no turismo a sua principal alavanca económica. Uma paisagem natural deslumbrante, a hospitalidade do povo madeirense, a qualidade das nossas unidades hoteleiras, a segurança e o património material e imaterial de enorme interesse para quem nos visita. São características que fazem da Madeira um destino cada vez mais cativante para os diversos operadores turísticos, na certeza de que os seus clientes vão desfrutar de umas férias de qualidade na Região. -----

O Jardim Botânico da Madeira – Engenheiro Rui Vieira, apresenta-se como um dos locais mais visitados pelos turistas. Propriedade da Região Autónoma da Madeira (integrado no Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM), este espaço condensa nos seus jardins toda a beleza e singularidade da flora regional, bem como de espécimes

botânicos e faunísticos dos quatro cantos do planeta, distribuídos pelos seus jardins e núcleo museológico de Historia Natural. Este interesse está bem patente nas mais de 300 mil visitas anuais que o Jardim Botânico, atualmente, regista. -----

A enorme e crescente afluência de turistas ao Jardim Botânico da Madeira acabou por provocar, inevitavelmente, naturais constrangimentos no tráfego automóvel na zona, uma vez que o espaço para estacionamento é, claramente, insuficiente para a procura registada. Nos dias em que há navios de cruzeiro no porto do Funchal, a circulação no Caminho do Meio, onde se localiza o Jardim Botânico, fica mais condicionada. Esta situação não é compatível com um turismo que queremos de qualidade, ou não fosse a Madeira o melhor destino insular do Mundo do *World Travel Awards*, pelo terceiro ano consecutivo. -----

Além deste aspeto, com relevância ao nível da qualidade do turismo regional, não se pode ignorar o impacto que tem no quotidiano dos residentes nas imediações do Jardim Botânico. Sair ou regressar a casa, com recurso ao automóvel ou utilizando os transportes públicos, transforma-se num exercício de paciência ou então gera uma legítima indignação no cidadão, que vê a sua qualidade de vida afetada, negativamente, no "pára-arranca" de um trânsito caótico. -----

Assim, pelo exposto e em conformidade com a Constituição da República Portuguesa e de acordo com o seu Regimento, a Assembleia Municipal do Funchal propõe à Câmara Municipal do Funchal, a adoção de medidas a desenvolver, conjuntamente com o Governo Regional, que minimizem os constrangimentos provocados pela fraca oferta de estacionamento nas imediações do Jardim Botânico da Madeira – Engenheiro Rui Vieira, que atualmente afeta negativamente a vida dos moradores, bem como, os visitantes deste espaço, promovendo, nos terrenos anexos, propriedade do Governo Regional, a construção de um parque de estacionamento." -----

--- O Senhor deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD, começou

por dizer que o JPP veio ali emendar a sua mão, porque aquela proposta, originalmente, foi apresentada na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, a pedir responsabilidades ao Governo Regional da Madeira, mas, no decurso do debate aperceberam-se que estavam equivocados porque aquele problema é da responsabilidade da Câmara Municipal do Funchal, apesar do Governo Regional da Madeira, ter ali construído estacionamento aquando da obra de construção da via rápida e da obra do teleférico do Jardim Botânico. -----

Como tal, questionou porque é que continuam a querer arrastar o Governo Regional da Madeira para aquele problema? E porque é que a Câmara do Funchal ainda não arranjou solução, para um problema que só ela pode resolver? -----

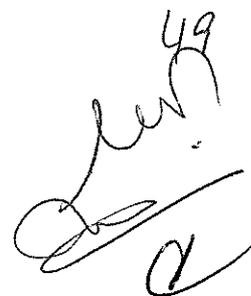
--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do GMC**, esclareceu que a propriedade do Jardim Botânico é do Governo Regional, por isso a solução para o estacionamento na zona envolvente ao Jardim Botânico é atributo do Governo Regional da Madeira. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP** sobre a proposta apresentada pelo Grupo Municipal Confiança, reforçou o que foi transmitido pelo Senhor Deputado João Paulo Marques, dizendo, numa metáfora futebolística, que aquela é a segunda mão da proposta apresentada pelo JPP na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, que como foi derrotada na primeira mão, vai disputar agora a segunda mão. -----

E, como agora estão a jogar em casa, porque efetivamente aquela proposta deveria de ser apresentada em sede de Assembleia Municipal do Funchal, consideram que é uma proposta válida e com uma argumentação objetiva e verdadeira, pois ninguém põe em causa os constrangimentos que a falta de estacionamento nas imediações do Jardim Botânico provoca, quer aos turistas quer em particular aos moradores. Nesse sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP, subscreveu aquelas preocupações e entende que a solução deve partir

—

—

49


da Câmara Municipal do Funchal. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do GMC, disse que continuam, de facto, a afirmar que a solução passa pelo Governo Regional da Madeira. -----

--- Colocada à votação a Proposta de resolução – Propõe à Câmara Municipal do Funchal a adoção de medidas no sentido de minimizar constrangimentos relacionado com a pouca oferta de estacionamento nas imediações do Jardim Botânico da Madeira – Engenheiro Rui Vieira, apresentada pelo GMC, foi aprovada por unanimidade com quarenta e três votos a favor sendo, vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assēmbļa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD, para apresentar a Proposta de Recomendação – Por uma política de estacionamento ao serviço dos funchalenses e da revitalização do comércio local, que se transcreve: “A acessibilidade e a mobilidade de pessoas e mercadorias são um dos pontos-chave das políticas urbanas e constituem um desafio central para as cidades, numa lógica de sustentabilidade dos territórios e de equilíbrio das vertentes económica, social e ambiental. -----

Nesse sentido, a mobilidade dos cidadãos constitui, atualmente, um verdadeiro direito fundamental, na medida em que é um veículo de acesso a diversas possibilidades e, consequentemente, à melhoria da qualidade de vida. -----

Partindo deste princípio, é inegável que a alavancagem económica do comércio local e o bem-estar dos cidadãos, resultam em grande medida de uma política de mobilidade inovadora e que responda às necessidades de todos os que vivem e trabalham nas cidades. ---

Um dos capítulos fundamentais da política de mobilidade de qualquer cidade passa pela

implementação de uma estratégia para o estacionamento, que abranja não só os parques cobertos, mas também os parquímetros, e que, em nosso entender, deve assentar em dois pilares fundamentais: a necessidade dos cidadãos e a revitalização do comércio local. ----

Hoje em dia, a cidade do Funchal dispõe de 1533 lugares de estacionamento tarifado na via pública, distribuídos por 4 zonas e obedecendo a tarifários distintos e de 1400 lugares em parques de estacionamento públicos municipais. -----

Infelizmente, a Câmara Municipal do Funchal não tem uma estratégia proactiva na gestão dos estacionamentos na cidade, tratando-os como meros instrumentos de arrecadação de receita. A prova disso é que muitos parques municipais cobertos estão encerrados aos domingos e feriados, sendo que aos sábados apenas abrem até às 15h. -----

No caso dos parquímetros, e apesar das isenções existentes, não há qualquer estratégia que promova e incentive a visita aos centros históricos, seja ao longo do ano ou em épocas assinaladas. -----

Por outro lado, existe uma necessidade, cada vez mais premente, de apoiar o comércio local e tradicional do Funchal, visto que tal apoio se revela fundamental para a revitalização do tecido económico do Funchal e para a manutenção da identidade da nossa Cidade. ----

O Funchal precisa de uma política de estacionamento que não sirva apenas para arrecadar receita ao município, mas que esteja ao serviço dos funchalenses e que seja um estímulo decisivo para a revitalização do comércio local e tradicional. -----

Nestes termos, o Grupo Municipal do PSD à Assembleia Municipal, recomenda à Câmara Municipal do Funchal: -----

a) Alargar o funcionamento dos parques de estacionamento cobertos, sob a gestão do Município, aos sábados, domingos e feriados, até às 19h. -----

b) Isentar aos sábados, durante o período de duas horas, o pagamento do estacionamento nos parquímetros da cidade, como forma de revitalização do comércio local e tradicional

50
Jun
2017

em articulação com esses agentes económicos." -----

- PEDIDOS DE ESCLARECIEMNTO: -----

--- A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU, disse, apesar de subscrever as preocupações apresentadas, em relação aos estacionamento, questionar se não haveria a possibilidade de alargar aquele âmbito, também, para o Mercado dos Lavradores. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD, disse que aquela bancada aceita e considera muito pertinente a observação feita pela Senhora Deputada Herlanda Amado, porque de facto, aquele é um dos sítios mais problemáticos e de maior necessidade de estacionamento. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC, disse que "aquela bancada irá votar contra aquela proposta, porque a mesma é um retrocesso ao passado e esquece alguns dos princípios emanados, inclusive, da própria União Europeia, relativamente às novas políticas de mobilidade que acompanham os países, ditos, desenvolvidos, no sentido de diversificar a oferta dos modos de transporte dentro das cidades, criando parques nas zonas limítrofes das cidades e não trazer o carro continuamente com tudo o que isso acarreta em termos de poluição sonora, atmosférica, etc., para dentro da cidade. -----

Assim, a política da Câmara do Funchal é priorizar o transporte público, com mais oferta de carreiras, mais rapidez nas deslocações, criação de faixas de Bus, veículos mais confortáveis e tarifas mais baixas. Dar, também, mais enfoque à promoção no andar a pé nos centros urbanos, incentivar o uso de transportes alternativos, como por exemplo, o uso da bicicleta, a promoção da mobilidade elétrica e-a criação de sistemas de *cars sharing*." -----

Concluiu, informando que a taxa de ocupação dos parques na cidade e nos sábados de manhã, não ultrapassa em muitos dos casos os quinze por cento. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, do GMC,** começou por dizer que aquela proposta é hipócrita e sem cabimento, porque o parque de estacionamento junto do Hospital Dr. Nélio Mendonça, que é da responsabilidade do Governo Regional da Madeira, encontra-se numa zona limite, mas por praticar um tarifário exorbitante, não é a solução para os visitantes dos doentes e para quem vive no Bairro do Hospital. ---

--- **O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMC,** observou que aquando da atualização do tarifário dos parques cobertos, no mandato do Senhor Dr. Miguel Albuquerque, fez uma proposta igual à apresentada e foi chumbada pelos Deputados de então. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD,** disse ao Senhor Deputado Miguel Costa que concordam que os transportes públicos são fundamentais para uma cidade como o Funchal, por isso não percebe porque é que a Câmara se recusou e se demitiu de ter um papel fundamental nos Horários do Funchal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC,** esclareceu que a política da Câmara do Funchal é planejar uma cidade para as pessoas e não trazer carros para dentro da cidade, por isso, é necessário romper com o conceito de mobilidade de trazer o carro para junto do comércio. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD,** replicou que embora não considere as propostas das bancadas contrárias hipócritas, questionou se não é hipocrisia terem feito uma proposta idêntica há uns anos, e agora votarem contra. -----

Em relação à isenção de duas horas nos parquímetros, não trará mais carros para a Cidade, porque existe a rotatividade. -----

--- Foi colocada à votação a **Proposta de Recomendação – Por uma política de estacionamento ao serviço dos funchalenses e da revitalização do comércio local,** apresen-

51
[Handwritten signature]

tada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, tendo sido **aprovada por maioria** com vinte e um votos a favor sendo, dezassete votos do PPD/PSD, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e o voto de qualidade do Presidente da Mesa, vinte votos contra do GMC e três abstenções do CDS-PP. -----

- DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** declarou que se absteram porque consideram que a proposta apresentada pelo PPD/PSD, é muito limitativa. -----

Por isso, na proposta daquela bancada, vão propor a criação de um cartão e de um regulamento próprio, tornando-a mais ampla e mais ambiciosa. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** para apresentar a **Proposta de Resolução – Intervenção imediata na Estrada da Cancela,** esta prescindiu, mas por ter sido alvo de votação, é transcrita: "A estrada da Cancela, situada na freguesia de São Gonçalo, concelho do Funchal. é a principal via de acesso ao Parque Empresarial ali situado, servindo igualmente a população residente nas áreas limítrofes, bem como o Estabelecimento Prisional da Cancela. -----

A sua degradação tem vindo a agravar-se com o passar dos anos, fruto da circulação intensiva de viaturas ligeiras, pesadas de mercadorias e transportes públicos, mas sobretudo devido à falta de manutenção da mesma. -----

As quedas constantes do material do talude de sustentação do arruamento e o seu piso irregular, consubstancia um risco iminente e, conseqüentemente, uma ameaça permanente à vida humana e à circulação de pessoas e bens, necessitando de uma intervenção urgente para a estabilização da sua base de sustentação. -----

Considerando que a Câmara Municipal do Funchal, procedeu à construção, entre outras, de uma paragem de transportes públicos ao longo do referido arruamento; -----

Considerando que se tratando de um arruamento público, as obras necessárias à sua base de sustentação são da responsabilidade da Autarquia; -----

Considerando os vários alertas dos riscos iminentes, feitos pela população, entidades e empresas; -----

A Assembleia Municipal do Funchal delibera que a Câmara Municipal do Funchal proceda à imediata intervenção para reparação da estrada da Cancela, garantindo a segurança das várias pessoas e bens que ali circulam diariamente.” -----

--- O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC, interveio para referir que aquela proposta é pertinente e que desde setembro do ano transato, tem havido entre aquela Autarquia e a Madeira Parques Empresariais, entidade que gere o referido espaço, comunicação e diligências no sentido de resolver aquele problema, que também é transversal à Câmara do Funchal, porque a zona de acesso ao Parque está abrangida pelo concelho de Santa Cruz e a zona de saída pelo concelho do Funchal. -----

--- Foi colocada à votação a **Proposta de Resolução – Intervenção imediata na Estrada da Cancela**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU, tendo sido **aprovada por maioria** com vinte e três votos a favor sendo, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e vinte abstenções do GMC. -----

--- Depois, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, para apresentar a **Proposta de Recomendação – Eu compro no comércio de proximidade**, que consta do programa eleitoral daquele partido e que se transcreve: “A pujança de uma cidade com a dimensão do Funchal faz-se também com o inegável contributo do comércio tradicional. A Cidade tem vivido um processo de periferização e êxodo populacional na última década,

52
Jun
[Handwritten signature]

pelo que importa inverter esta tendência com medidas simples, mas exequíveis para atrair ao Centro, novos públicos. -----

Nesse sentido, a mobilidade e as acessibilidades dos cidadãos merecem especial cuidado. A revitalização do comércio tradicional precisa de ser alavancada com estímulos e contributos de todos os agentes, tais como associações empresariais, comerciais e da própria Autarquia. -----

A criação do cartão “Eu compro no Comercio de Proximidade” é uma medida importante para reforçar essa revitalização. Com este Cartão pretende-se atribuir descontos nos parques de estacionamento da Cidade, através da compra de produtos, cujo valor mínimo será fixado em regulamento, em lojas do comércio do Funchal e em zonas a definir pela Autarquia. -----

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP recomenda à Câmara Municipal do Funchal: -----

- a) Criação do cartão de descontos para estacionamento. -----
- b) Criação de um regulamento adequado a este benefício.” -----

--- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC, começou por dizer que as propostas sobre o trânsito têm de ser estudadas, não podendo ser avulsas, demagógicas, nem desgarradas da realidade. -----

Por isso, irão aprovar a proposta do CDS-PP, pois está de acordo com o que está previsto no Programa de Revitalização do Comércio e Serviços do Funchal, em conjunto com a ACIF, que será aplicado ainda no decorrer do corrente ano. -----

--- Foi colocada à votação a **Proposta de Recomendação – Eu compro no comércio de proximidade**, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, tendo sido aprovada por **maioria** com vinte e seis votos a favor sendo, vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e dezasseis abstenções do PPD/PSD. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC, interpelou a Mesa e pediu para que procedessem à contagem de quantos Deputados (as) de cada grupo municipal estão presentes na sala, de acordo com a folha de presenças e a sua respetiva assinatura, por estar com dúvidas sobre o número de Deputados (as) presentes nas votações anteriores. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, esclareceu que não há faltas na folha de presenças e que tomou nota da observação. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC, voltou a interpelar a Mesa, dizendo que quando se procedem as votações, é preciso ver se realmente estão todos os Deputados (as) de cada grupo municipal presentes, para depois não contabilizarem deputados que não estão na sala. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que já tomou nota da observação feita anteriormente e que os Deputados (as) são contados um a um, independentemente da folha de presenças. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC, voltando a interpelar a Mesa disse que ele e o Senhor Presidente da Assembleia, são os dois, homens de boa fé, mas tem dúvidas sobre o número de Deputados (as) na aprovação da Proposta do PPD/PSD, que para além de não saber se foi contabilizada corretamente, o Senhor Presidente ainda usou o seu voto de qualidade, o que torna a situação mais grave. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que o que o Senhor Deputado está a dizer é que é grave, porque por ser homem de boa fé, tal como disse, foi de boa fé que estando todas as pessoas presentes e tendo assinado a sua presença, foi efetuada a votação corretamente, porque se for para serem homens má fé, é de outra maneira com certeza.

--- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC, mais uma vez interpelou a Mesa para recorrer ao plenário para que se repita aquela votação, porque



a sua aprovação deixa muitas suspeitas. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, considerou que o Deputado Sérgio Abreu está a ser especulativo, pois nem ele nem a Mesa pode garantir que de todas as vezes que contam vinte Deputados (as) da Coligação Confiança, estes estavam efetivamente ali sentados, porque quando os (as) Deputados (as) se levantam, alguns dos que estão atrás por vezes ficam tapados, o que torna difícil a sua contagem. -----

Por isso, disse para o Senhor Deputado fazer o favor de, como disse de início, usar a boa fé e o bom senso. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, voltou a interpelar a Mesa dizendo que é muito grave a especulação que o Presidente da Assembleia acabou de criar, assim como não admite que ponha em causa a seriedade daquela bancada. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** replicou que o Senhor Deputado já está a sair da boa fé e dos homens civilizados e admite ou não o que muito bem entender, porque como disse, e que já aconteceu em outras Assembleias, alguns dos (as) Senhores (as) Deputados (as) quando se levantam tapam outros, o que, por vezes, torna necessário corrigir as votações. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para a apresentação do **Ponto Um - informação escrita do Presidente da Câmara** acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, que por estarem na semana onde se assinalou a passagem do 20 de Fevereiro de 2010, quis evocar essa data, marcada, infelizmente, pelo falecimento de quarenta e três pessoas, e para que no presente possam salvaguardar aqueles que ficaram e aqueles que ainda hão de vir. -----

Neste contexto, realçou o seguinte: -----

- A Autarquia organizará no dia vinte e quatro do corrente mês, uma mesa redonda, intitulada: *A Natureza, o Fogo, a Água, os Riscos e a Resiliência*, para a qual foram convidados os oradores: o Professor Betânio Almeida, o Engenheiro João Baptista, o Professor Raimundo Quintal, o Senhor Fernando Curto Colmo, Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Portugueses e o Engenheiro José Carlos Marques. -----

- Posteriormente àquela catástrofe, já foram realizadas intervenções para resolver, não só os problemas de quem não tem a sua situação definitivamente resolvida, mas também para garantir a segurança da Cidade. -----

Porque é preciso assumir que é necessário diminuir a vulnerabilidade da Cidade (que continuará a ter aluviões e incêndios), sendo aquele um desafio de quem tem responsabilidades políticas, seja na Câmara, seja no Governo Regional. De realçar é, também, a responsabilidade de cada um dos cidadãos, naquilo que cada um faz para a sua segurança e a da comunidade, por isso, a Autarquia tem de atuar quando há construções ilegais em zonas de risco. -----

- Têm já aprovados oito virgula sete milhões de euros, e estão na fase final de lançamento, previsível, dos respetivos concursos, para a consolidação de taludes e escarpas na cidade do Funchal: Rua 5 de Outubro, acesso ao Bairro dos Moinhos, Estrada Comandante Camacho de Freitas, entre o Encontro e a Rotunda da Fundoa, no lado oposto onde está situada a Socipamo, Caminho dos Tornos, Cabeço dos Lombos do Monte e a Rua Dr. Pestana Júnior, junto aos antigos armazéns da Câmara Municipal do Funchal. -----

Ainda no âmbito da segurança, referiu que na semana seguinte, seguirão para a respetiva formação, no Regimento de Sapadores dos Bombeiros de Lisboa, trinta e dois Bombeiros da Corporação de Sapadores de Bombeiros do Funchal, e que irão juntar-se aos cento e treze que já lá estão. Têm ido, por fases, fazer a sua formação num enriquecimento curri-

54
Jen.
e

cular que é indispensável para a sua progressão na carreira. -----

- Também, irão receber até julho/agosto, quatro novas viaturas de combate a incêndios, num investimento de quase oitocentos mil euros, que vêm reforçar a frota da Corporação de Sapadores do Funchal. -----

Depois referindo-se ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, contraído em dois mil e doze pelo Executivo do PPD/PSD, no valor de vinte e oito virgula quatro milhões de euros para pagar fornecedores, disse que, por ainda faltar pagar dezanove virgula três milhões de euros, deram início a um procedimento concursal que terá condições muito mais vantajosas, prevendo-se poupar centenas de milhares de euros. -----

Referindo-se às Obras Públicas, e agradecendo as palavras do Senhor Deputado Gabriel Oliveira, disse que as obras da sede dos Carreiros do Monte, foram um compromisso estabelecido, aquando das presidências abertas realizadas no final do mandato anterior, e que muito lhe apraz dizer: compromisso feito, compromisso realizado. Pois vem proporcionar outras condições, àqueles que tão bem difundem a Cidade do Funchal e a Região Autónoma da Madeira, numa experiência que é única no mundo. -----

Ainda no âmbito de Obras, propuseram ao Turismo de Portugal, quatro obras que valorizam e qualificam o produto turístico da cidade do Funchal, como por exemplo, a aquisição e recuperação da estação do Pombal e o melhoramento e requalificação da rede de miradouros e parques da cidade. -----

Informou, com muito agrado, que está a decorrer a bom ritmo a rede de esgotos em Santo António, numa extensão de um quilómetro e meio, no valor de cento e setenta e cinco mil euros que beneficiaram cinquenta casas que não tinham qualquer acesso a esgotos, na Vereda do Granel, no Beco do Cafana e entre as entradas 180 e 192 do Caminho da Barreira. -----

Sobre a questão das perdas de água que preocupa todos os partidos que ali estão, informou

existir um projeto que já foi submetido ao POSEUR para definir zonas de monitorização e controle, e a EPAL, onde o Senhor Vice-presidente já esteve, também já tem um trabalho de planeamento feito, daquela matéria, pelo que estão a aguardar a conclusão daquela candidatura. -----

Concluiu, referindo que, sobre o Ambiente, têm aprovada uma candidatura no âmbito do POSEUR, no valor de um milhão de euros, para reforçar a recolha seletiva de resíduos, onde numa mistura de apoio social, de educação ambiental e melhoria do ambiente, irão ajudar as famílias mais carenciadas, dando mil cento e oitenta ecopontos domésticos e quatro mil e oitenta compostores para deposição de resíduos orgânicos. -----

- INSCRIÇÕES: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,** disse que aquilo que lhes apraz dizer sobre a análise do relatório de atividades relativo ao ano de dois mil e dezassete e àquilo que é a iniciativa da Câmara, num ano que foi, também, marcado pelas Eleições Autárquicas, relativamente à política e ao seu conteúdo, é que ali estão, não só para discutir e resolver os problemas da Cidade, mas acima de tudo, darem um contributo cívico às as populações e ao poder local, nesse sentido, frisaram que o Plano de Atividades num Município, também é o balanço daquilo que nele foi feito. -----

Por isso, questionou o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber por que sendo tão simples a abertura do procedimento para a atribuição das Bolsas de Estudo, como ali foi referido, ele não foi executado o executou mais cedo, dando-se assim, um exemplo de cidadania, de compromisso e do cumprimento de promessas, aos jovens da cidade do Funchal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP,** disse que foi com satisfação que o Grupo Municipal do CDS-PP constatou as diversas diligências que a Câmara do Funchal, desenvolveu sobre a poda e limpeza de -----

55
[Handwritten signature]

árvores em diversos arruamentos do Funchal, no sentido de prevenção e de garantia de segurança dos Municípios. -----

Mas, como a preservação das árvores, dada a sua importância ambiental, deve também ser uma preocupação, questionou quais foram os critérios utilizados na decisão de abate? Por outro lado, naquela informação, também não encontrou qualquer referência a diligências efetuadas em propriedades privadas, para fazer face, também, a árvores que coloquem em risco quer as residências, quer os moradores que residem nas proximidades.

Como tal, também gostariam de saber quais têm sido os critérios na decisão de abate de árvores em propriedade privada. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana V. G. Duarte S. Coelho, do PPD/PSD,** sobre um anúncio relativo à gratuidade dos Museus Municipais, colocou as seguintes questões: -----

- O que é que tem sido feito para esclarecer a população? -----
- Porque é que há um desfasamento entre o que é anunciado e aquilo que é a realidade? -
- E se de facto os agentes culturais e todos os agentes de bem receber da Região, têm sido consultados para aquela apregoada política cultural? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal,** dirigindo-se ao **Senhor Deputado Bruno Melim,** esclareceu que as Bolsas de Estudo é um compromisso assumido na campanha eleitoral, e que já foi desencadeado o procedimento para a elaboração do respetivo regulamento, que definirá os critérios para a atribuição das mesmas. Também espera a participação de todos, para que aquele possa ser um regulamento que vá ao encontro das necessidades e do apoio que todos pretendem. -----

Depois, dirigindo-se à **Senhora Deputada Vera Coelho,** disse que a política cultural que têm desenvolvido, tem sido sempre realizada com a participação dos agentes culturais. E aproveitando o ensejo, informou que por estarem a comemorar os cento e trinta anos do

Teatro Municipal Baltazar Dias, no dia 11 de março, irão realizar onze eventos alusivos a essa comemoração. -----

Acrescentou, ainda, que têm tido uma programação cultural exemplar, como justificam os quarenta e oito mil espetadores que passaram por aquele Teatro, no ano transato, entre espetáculos, conferências e visitas. -----

Sobre a questão da gratuidade, esclareceu que é um fator importante da democratização do acesso à cultura, porque não basta ter as portas abertas, também é preciso fomentar que lá está para que as pessoas possam ir aos Museus. -----

Adiantou ainda, que estão previstos investimentos nos Museus Municipais no que diz respeito às acessibilidades, através de um financiamento de duzentos mil euros provenientes do Turismo de Portugal, para o Museu do Açúcar, Museu Henrique e Francisco Franco e para o Teatro Municipal Baltazar Dias. -----

De seguida, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Vereador João Pedro Mendonça Vieira**, que começou por esclarecer a **Senhora Deputada Herlanda Amado**, em relação à questão que ficou por responder no PAOD, sobre o ruído de uma empresa na Rua da Rochinha, cujo espaço está licenciado para armazém, reiterando que têm feito tudo o que está ao seu alcance para ultrapassar a dificuldade que ali existe, como reunindo-se com uma moradora da zona, dando resposta ao ofício do Provedor de Justiça sobre aquela matéria, e continuando a promover todas as diligências necessárias para procurar o normal funcionamento daquele local, sem que isso implique um transtorno maior para os moradores daquela zona. -----

Sobre as questões da aparente dificuldade de articulação com os serviços camarários sobre as limpezas de terreno, levantadas pela **Senhora Deputada Raquel Coelho**, pediu para fazer-lhe chegar essas situações, para depois procurar uma solução para dar resposta a esses casos mais problemáticos, em que por vezes por dificuldades monetárias as pessoas

56
Jen!
[Handwritten signature]

--
--

infelizmente não conseguem dar resposta aos mandatos da Câmara. -----

Quanto às questões colocados pelo **Senhor Deputado Pedro Araújo**, disse que o critério utilizado na decisão do abate de árvores é o critério da segurança, da avaliação que os serviços camarários fazem e, também, da avaliação que pode ser feita por outras entidades, desde que ela lhes seja transmitida para que possam atuar em conformidade. -----

Relativamente às diligências em propriedade privada, reiterou que entre outubro e dezembro de dois mil e dezassete, notificaram trezentos e cinquenta proprietários para questões de limpeza de terreno e corte de árvores, mas há situações que exigem uma intervenção mais proactiva: uma vez notificados os proprietários, inexistindo qualquer resposta adicional a essas notificações, é possível intervir mediante um conjunto de requisitos legais que procuram sempre cumprir, dando como exemplo, um diferendo entre privados sobre uma árvore na Travessa das Virtudes que estava há um ano sinalizada num terreno privado, colocando em, em perigo outras habitações. Notificados os proprietários para atuar em conformidade, e não existindo nenhuma resposta, foi a árvore mandada abater pelos serviços camarários. Depois, foram tomaram as diligências necessárias para que os responsáveis, acabem por assumir posteriormente os custos dessa intervenção. -----

Terminou, dizendo que nunca admitirá que seja politizada a segurança dos cidadãos, e quando o fizerem terão sempre, da sua parte, uma resposta adequada e à altura disso mesmo. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Mota Sousa e Freitas, do PPD/PSD**, colocou ao Senhor Presidente da Câmara, questões sobre o Alojamento Local, assim expressas: -----

"É um facto que o Alojamento Local tem hoje uma grande importância para o Turismo, aliás, isto tem sido o discurso transversal a todos os partidos. -----

Em Lisboa o Alojamento Local responde por 1% do PIB, no entanto, o BE e o PS na Câmara

Municipal de Lisboa querem impor quotas para limitar o número de Alojamento Local, e ainda prever a criação de um Gabinete Municipal de Fiscalização do Alojamento Local, que atue de forma rápida perante queixas dos moradores e retire licenças. Isto, porque o Alojamento Local, na sua maioria, faz-se em edifícios onde está constituída a propriedade horizontal, gerando grande oposição por parte dos proprietários das outras frações. -----

Sobre esta matéria, o PS apresentou uma proposta na Assembleia da República para fazer depender o Alojamento Local da Assembleia de Condóminos, o que, não só foi contestado pelos restantes Partidos, como também não recebeu apoio dentro do próprio PS, por naturalmente ser uma restrição inaceitável ao direito de propriedade. -----

A proibição do Alojamento Local no edifício, a existir, terá de necessariamente ficar explicitamente no Regulamento do Condomínio. -----

O BE, considera que o Alojamento Local põe em perigo outros tipos de alojamento, em determinados Bairros, e, por essa razão, entende que a medida efetiva será a implementação de quotas de habitação; a limitação da atividade do Alojamento Local a 90 dias por ano, a duplicação da taxa turística, revertendo as receitas para o Município. -----

O que pretendemos saber do Presidente da Câmara do Funchal, sobre esta matéria, é se pretende, também, impor quota para limitar o número de Alojamentos Locais na cidade do Funchal? -----

Se no Funchal irá, também, ser limitada a atividade do Alojamento Local a 90 dias por ano?

Se em relação à tarifa de água, uma vez que ficou agora esclarecido no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 28 de março de 2017, que o Alojamento Local não é um ato de comércio que na cedência onerosa da fração a turistas, a fração destina-se a habitação e não ao exercício da atividade comercial, qual a tarifa de água que a Câmara Municipal do Funchal, está a aplicar ao Alojamento local?" -----

--- O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP, fez

Jun 57
[Handwritten signature]

-
-

os seguintes reparos: -----

- Se não seria conveniente reverem a regulamentação do Programa PRESERVA, porque ele apresenta números muito baixos, indiciando que fica muito aquém da expectativa, do ponto de vista da concretização e da eficácia junto dos munícipes. -----

- Em outubro de dois mil e quinze, regulamentaram o programa Sobre a Natalidade e a Família, numa perspetiva de criar condições às famílias do concelho do Funchal, e apoiar a natalidade, a mensalidade das creches, jardins de infância, o apoio à compra de livros, material escolar, mas, não especificam as categorias apoiadas. -----

Como tal, recomenda que fique vinculado no Relatório quais as categorias que apoiam os Municípios. -----

- Gostaria que fosse enunciada a razão da reprovação de treze candidaturas, para atribuição de apoio monetário da conta *Funchal Solidário – Incêndio de agosto de 2016*. -----

- Questionou a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo sobre a monitorização do plano de trabalhos para a limpeza de sarjetas, porque, por exemplo, na Rua do Comboio quando chove acima da média, desde a Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva até o final, as sarjetas não suportam a quantidade da água, assim como o mesmo se verifica no Caminho da Chamorra. -----

- Ao verificarem que de janeiro a fevereiro existiram mais trinta e duas candidaturas para habitação social, questionou a Senhora Vereadora Madalena Nunes sobre o modo de lhes acudir, uma vez que já têm três mil e quatrocentas famílias a aguardar por uma habitação social condigna. -----

- Em relação à gestão financeira, questionou o Senhor Vice-presidente, sobre o porquê da variação de cem por cento, da Aquisição de Bens e Serviços, que em dois mil e dezassete, no período de janeiro, é quantificado em zero valores e em dois mil e dezoito é quantificado em quatro mil e setecentos e cinquenta de dois euros. -----

Igualmente, na Assistência Técnica, de zero valores em dois mil e dezassete, passa-se, em dois mil e dezoito, para três mil cento e cinquenta e nove euros. -----

Por fim, qual a razão do acréscimo substancial de cento e dezassete por cento de encargos fixos e obrigatórios na aquisição de bens e serviços, refletidos no quadro da Execução da Despesa? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, sobre a falta de coerência política regional, que prejudica os munícipes do Funchal, fez as seguintes observações: -----

- No passado eram encerradas ruas, sem ouvir os comerciantes e os habitantes das mesmas, no presente antes de as encerrar ouvem-se os comerciantes e a população. -----

- O atual Presidente do Governo Regional, no dia vinte de junho de dois mil e dezassete, atribuiu diplomas de mérito a todos os estudantes do ensino secundário, que tivessem uma média de dezoito valores e no dia quinze de janeiro de dois mil e dezoito, repetiu a mesma encenação com os mesmos alunos. -----

- No passado recente, o atual Presidente do Governo Regional e ex-presidente daquela Autarquia, reivindicava contratos-programa e o pagamento do IRS, mas atualmente tem a mesma prática e posição que o seu antecessor. -----

- O maior partido da oposição naquela Casa reivindica que se diminuam os impostos municipais, mas perante o Governo Regional da Região recusa a diminuição de impostos de âmbito regional. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Marta Luísa de Freitas, do GMC**, sobre o ponto em discussão observou e enalteceu o trabalho do Executivo camarário, dizendo existir: -----

- Uma preocupação e um foco em medidas sociais, desde a infância até à população mais idosa. -----

- Uma educação para a igualdade. -----

58
[Handwritten signature]

—
—

- Uma cidade mais inclusiva e mais integrativa. -----
- Divulgação de forma clara e transparente dos apoios disponíveis dirigidos aos munícipes do Funchal. -----
- Preocupação com o desenvolvimento e crescimento de forma sustentável da Cidade do Funchal. -----
- Tomada de medidas e projetos na educação ambiental: promoção do consumo de água potável, interesse e participação em projetos no Parque Ecológico em prol da segurança dos cidadãos. -----
- A questão Cultural, apresenta uma nova cara e uma nova dinâmica com promoção de várias atividades, quer regionais quer nacionais acessíveis a todos. -----
- O Teatro Municipal Baltasar Dias, é uma referência cultural com uma aparência mais jovem. -----
- A possibilidade de assistir a concertos de forma livre nos Museus da responsabilidade da Câmara Municipal do Funchal, dinamizando, até, algumas freguesias, nomeadamente Santa Luzia e Sé. -----
- O incentivo e apoio ao investimento na Cidade do Funchal. -----
- A oportunidade na experiência profissional, tornando a população ativa do Funchal, mais capacitada dentro do mercado de trabalho. -----
- Terminou expressando que somente uma equipa bem estruturada e uma boa gestão por parte daquele Executivo, poderia permitir aquela dimensão de iniciativas, que fazem parte do Funchal, fazendo com que nele se deseje viver e ter orgulho, pelo facto, de ser uma Cidade que faz parte da Rede de Cidades Educadoras. -----
- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas, do GMC, realizou o Projeto Recriando Lares, iniciado no ano de dois mil e dezassete e implementado na Quinta Josefina – Santo António.** -----

É um projeto piloto a nível nacional, de intervenção comunitária, que criou uma casa de formação em que é trabalhada a aquisição ao desenvolvimento de competências psicossociais, que são essenciais para uma dinâmica familiar e comunitária mais equilibrada e que vai desde a gestão de conflitos, parentalidade, culinária, higiene, gestão do orçamento doméstico, do envolvimento das famílias na aprendizagem ou reaprendizagem de formas de estar e de formas de se relacionarem, que implica educação, integração, reconstrução de relacionamentos, de afetos e por isso, um projeto que fomenta capacitação e empoderamento de núcleos familiares. -----

A mais valia de um projeto daquela natureza é partir da realidade concreta das pessoas que estão integradas no projeto, convidando-as a enfrentar o problema com o envolvimento de todos os elementos que constituem o núcleo familiar. -----

Como tal, é um programa político muito claro, que investe em cidadãos mais atentos, com experiências individuais mais enriquecedoras que resultam, inevitavelmente, em comportamentos de cidadania que vão beneficiar o coletivo. -----

É também, um programa político de uma verdadeira cidade educadora apostada em enriquecer e melhorar a vida de quem a habita. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patricia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, questionou sobre o número de munícipes e de famílias numerosas foram contempladas com o Cartão 55+ e o Cartão de Famílias Numerosas, no período a que se refere o relatório em análise. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que esclareceu o seguinte: -----

- Dirigindo-se à **Senhora Deputada Luísa Freitas, do PPD/PSD**, que se referiu ao Alojamento Local, começou por lamentar que, ao contrário do que tem surgido ao nível da Assembleia da República, a nível da Assembleia Legislativa da Madeira, aquele debate ainda



--
--

não tenha surgido e afirmou achar fundamental e importante o Alojamento Local, não só em termos do turismo, mas também em termos da economia local e da reabilitação urbana. Informou que não existe um Gabinete Municipal para o Alojamento Local, mas o Balcão do Investidor acaba por sê-lo, pela quantidade de pessoas que lá vão, interessados em investir na reabilitação urbana para dar um uso ao Alojamento Local, como as que já têm uma habitação e que pretendem transformá-la em Alojamento Local. -----

Contudo, têm consciência dos problemas que o Alojamento Local traz, como por exemplo a questão dos condomínios e a desertificação dos residentes e dos que nasceram na cidade. Por isso, é preciso ter em atenção aqueles aspetos, pois a qualidade de uma cidade turística também se vê pela simbiose entre os habitantes e os visitantes. -----

Considera, também, importante saber o que é que o Governo Regional e a Assembleia Legislativa da Madeira entenderão sobre as competências a atribuir aos municípios para a gestão do Alojamento Local, visto que no momento, estes são apenas recetores de licenciamento. -----

Sobre a tarifa da água que está a ser cobrada, ao Alojamento Local, referiu ser a tarifa comercial. -----

- Sobre a coerência política, referida pelo **Senhor Deputado Sérgio Abreu, do GMC**, disse que naquela Autarquia têm sempre envolvido as pessoas nas decisões sobre as diversas matérias que têm realizado. Porque na sua perspetiva de cidadania, os cidadãos são muito mais do que eleitores e muito mais do que contribuintes. -----

Por isso, no processo de encerramento da Rua Dr. Fernão de Ornelas, que decorre de um programa de revitalização do comércio, foi realizada uma consulta aos comerciantes sobre o diagnóstico de comércio, restauração e serviços. -----

Porém, não verificou aquela coerência por parte do PPD/PSD, quando foram encerradas as Ruas do Bispo, das Queimadas e a parte sul da Avenida Arriaga, embora concorde com

tais medidas. -----

Tal como a coerência em questões de contratos-programa com aquela Autarquia ou o pagamento da Participação Variável do IRS em dívida de dois mil e nove / dois mil e dez. ----

Depois, sobre as questões do âmbito social, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, que começou por se referir às questões que o **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, do CDS-PP**, colocou sobre o PRESERVA, dizendo que aquele é um bom programa e que já têm autorização para o reanalisar, porque com o decorrer do mesmo há duas questões que surgiram com maiores entraves, mas que podem ser alteradas, tais como: -

- A verba atual de apoio, que são cinco mil euros, é pouca e terá de ser aumentada. -----

- Os trinta por cento do valor que é dado ao município, para que o empreiteiro possa iniciar a obra também é muito pouco e terá que ser alterado. -----

Sobre os **incêndios e a conta solidária**, esclareceu que os casos que não foram apoiados têm a ver com pessoas que não moravam nos sítios afetados, porque apresentaram declarações que não coincidiam com aquilo que os serviços da Autarquia tinham, ou porque também não cumpriam com todos os critérios que estavam na deliberação que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. -----

Quanto às questões sobre a **Habituação Social**, elucidou que a Câmara Municipal do Funchal, tem poucos fogos por isso, quando surge algum caso urgente e não tem capacidade de resposta, contactam o IHM e este dá-lhes sempre resposta. -----

Terminou, dizendo que pensando o futuro, quando tiveram reuniões com o Governo Nacional, identificaram o município do Funchal como um dos municípios que precisa de ajuda habitacional social. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, interpelou a Mesa para dizer que, tendo em conta o adiantado da hora e atendendo a que o regimento



—
—

os obriga a encerrar os trabalhos às treze horas, aquela bancada propunha que, excepcionalmente, fosse prolongado o funcionamento daquela Assembleia até que fossem discutidos os dois pontos que ainda faltam, para que não fosse necessário continuar os trabalhos na parte da tarde. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou aquela proposta à consideração do plenário não tendo a mesma merecido o acolhimento da maioria. -----

--- Como tal, foi dada a palavra à **Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, que se referindo aos termos ideológicos adotados pelo atual Executivo e o aumento em algumas prestações de serviço em quatrocentos por cento, comparou-os com o regime “chavista” que existe na Venezuela. -----

Depois, continuando o assunto que não terminou no PAOD sobre as intervenções do MPT e do JPP, referiu que também o Senhor Deputado da Assembleia Legislativa Regional, **Élvio Sousa, do JPP**, ali representado na Coligação Confiança, teceu várias críticas ao Partido Socialista e à ingerência que o mesmo partido está a exercer no seio dos outros partidos para chegar ao poder, num artigo publicado na imprensa regional. -----

Por isso, o PTP questiona se o Senhor Presidente Paulo Cafôfo, na sua corrida à liderança do Governo Regional da Madeira, também pretende decalcar e seguir aquele tipo de passos, tendo um Plano A e um Plano B, porque lhe parece que o mesmo está a fazer, com o Plano A, uma operação de charme aos partidos que podem vir a integrar uma possível coligação que lhe possa servir, com oferta de empregos e de benesses, e que se não resultar passa ao Plano B, que é tentar destruir os partidos por dentro. -----

--- Após a pausa do almoço, o Senhor Presidente da Assembleia retomou os trabalhos às catorze horas e cinquenta minutos, dando a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que começou por esclarecer o seguinte: “Sobre a questão de aumento em termos de execução orçamental, quando comparado com o mês de janeiro de

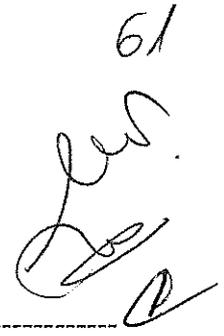
2017 e o mês de janeiro de 2018, quando fazemos esses relatórios, analisamo-los sempre numa ótica orçamental, ou seja, são inseridas as despesas efetivamente pagas e não os compromissos assumidos. E eu tive a oportunidade de referir no mandato anterior que no final de 2016, fizemos a antecipação de um conjunto de pagamentos que venciam em janeiro de 2017, como tal, é natural que exista um conjunto de rubricas que estejam a zero em janeiro de 2017 e em janeiro de 2018 tenham uma execução. -----

Portanto, uma vez que estamos a analisar um único mês e o período homólogo é um mês, não tem a dimensão para poder ter uma comparação fidedigna ao semestre, por isso, é que se fazem as análises orçamentais ao semestre, temos outra capacidade para poder comparar. -----

Sobre o porquê da Câmara Municipal do Funchal não ter aceite competências dos Horários do Funchal, a verdade é que a Câmara, ainda sendo autoridade de gestão de transportes urbanos no Funchal, não tem qualquer relação comercial nem tem qualquer capacidade de poder negociar com os Horários do Funchal. Nem pode, sequer, dizer que quer assumir determinadas competências nos Horários do Funchal. -----

Os Horários do Funchal são uma empresa pública, 100% detida pela Região Autónoma da Madeira, e é assim que neste momento se encontra, sendo que o município não pode, ainda que assumisse todas as competências previstas na Lei para uma autoridade de gestão, fazer qualquer tipo de acordo, cessão ou / e contrato de concessão de serviço público com uma empresa que não seja detida por si, é aquilo a que se chama um operador interno de transportes. -----

Portanto, os Horários do Funchal são um operador interno de transportes do Governo Regional da Madeira e é isso que está neste momento em cima da mesa, com a transferência das competências da autoridade de gestão para o Governo Regional, para que este possa utilizar a figura de operador interno e dispensar um concurso público para a concessão de

61


—
—

linhas de serviço público de transporte urbano de passageiros. -----

Em relação ao Ponto dois - Abertura de Procedimento pré-contratual para formação do contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância para o Município do Funchal, aquilo que esta Assembleia vota é a plurianualidade dos serviços de vigilância, uma vez que o valor global desses serviços ultrapassa as competências que estão delegadas por via da norma da execução orçamental, que delega na Câmara a capacidade de poder fazer contratos com cariz plurianual, ou seja, que tenham vigência mais do que um ano, até 98 ou 100 mil euros, neste caso, e sendo um contrato em que está em causa um valor superior a esse, para os serviços de segurança e vigilância de todos os edifícios do município do Funchal, carece de uma aprovação desta Assembleia, como tal, é esta a proposta que é aqui trazida, pelo valor base de 786 mil euros pelo período de três anos." -----

- INSCRIÇÕES: -----

--- A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU, transmitiu que não tem nada a opor em relação ao documento ali apresentado, contudo, nas demais legislações aplicadas, há uma diretiva da União Europeia 2001/23, de 12/03, que salvaguarda aqueles que são os direitos dos trabalhadores e, tendo em conta a situação que se passou com os trabalhadores que estavam afetos aos Parques de Estacionamento, questiona se não seria possível integrar no documento, aquela legislação.

--- O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia explicou o seguinte: "Esta não é a primeira vez que lançamos este tipo de procedimentos, no passado já tivemos situações, inclusive, de empresas que levaram a Tribunal a adjudicação que a Câmara faz, através de providências cautelares, acusando os preços apresentados, como *dumping*, que nem seriam suficientes para pagar o salário mínimo, aquilo que foi, na altura, a sentença sobre a providência cautelar foi que a Câmara não tem que estar a analisar o modelo de gestão económica das empresas que prestam os serviços, sendo que os trabalhadores

que se encontram em funções têm sempre a faculdade de continuar as funções no espaço onde estão. -----

Aliás, isso acontece também, nos contratos com a limpeza, em que as empresas normalmente apresentam preços e mudam, mas as pessoas que trabalham na Câmara são as mesmas. -----

Essa lei que referiu é uma questão que deve ser dirimida em Tribunal e a Câmara tem sempre que cumprir com aquela que é a legislação que o Tribunal nos diz. -----

Na contratação nós estamos cá para cumprir toda a legislação e é isso que tem sido feito nestes contratos e nos contratos de limpeza que têm uma filosofia semelhante. -----

As pessoas que se encontram a exercer funções nas nossas instalações, têm sempre a preferência de continuar, se assim o entenderem, a fazer esse trabalho com a nova empresa." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Dois - Abertura de Procedimento pré-contratual para formação do contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância para o Município do Funchal**, tendo sido aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor sendo, vinte votos do GMC, três do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU e dezassete abstenções sendo, dezasseis do PPD/PSD e uma da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Dra. Ana Paula Lino, Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal**, para apresentar o **Relatório Anual de Atividades referente ao ano 2017, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal**, em observância do disposto no n.º 2 do art.º 32º da Lei n.º 147/99 de 1/09, que se reproduz: "A minha apresentação vai-se dividir em duas partes, na primeira parte vou falar sobre a intervenção da Comissão e na segunda parte vou apresentar o Relatório de Atividades. -----

—
—

-
-

Começando pela intervenção da Comissão, penso que é importante referir que a Sociedade ao longo dos tempos tem evoluído consideravelmente em matéria de infância e juventude. A criança deixou de ser um adulto pequeno e passou a ser percebida como um ser com necessidades próprias e com direitos. A criança passou assim, a ser um sujeito pleno de direitos, para a qual foram criadas leis de forma a salvaguardar a criança e a protegê-la. -- Assim, neste contexto, surgem as Comissões e então quais são os objetivos principais das Comissões? -----

Promover os direitos das crianças e protegê-las, porque o superior interesse da criança fala sempre mais alto e também contribui para uma cultura de prevenção. -----

A intervenção da Comissão começa com uma sinalização. Quem sinaliza? -----

Todas as Entidades de primeira linha, o Ministério Público e todos os cidadãos. -----

Com esta sinalização, inicia-se um processo de promoção e proteção e inicia-se a intervenção da Comissão. -----

Após a sinalização da Comissão é solicitado o consentimento dos pais ou representantes legais e da própria criança quando tem mais de 12 anos. -----

Seguidamente é feita uma avaliação, ou seja, um diagnóstico da situação de perigo. -----

São recolhidas informações junto das entidades de primeira linha, informações pertinentes para que esta avaliação e este diagnóstico seja o mais preciso possível. -----

Então, solicitam-se informações ao nível escolar, ao nível da saúde e ao nível da segurança social. -----

Recolhidas essas informações e analisando o processo de promoção e proteção, o processo é arquivado, se a situação de perigo não se confirma ou não subsiste, ou então, é deliberada uma medida de promoção e proteção. -----

Tendo em conta esta deliberação, volta-se a contactar os pais ou os representantes legais, para que estes prestem novo consentimento para a medida que foi deliberada. -----

Se houver consentimento, o processo continua à subscrição de um acordo de promoção e proteção e executa-se a medida, mas se não for prestado o consentimento, ou se for retirado o consentimento para a intervenção da comissão, o processo é remetido para o Ministério Público. -----

Se o acordo de promoção e proteção não for cumprido, o processo, também, é remetido para o Ministério Público. -----

Se os pais ou representantes legais não prestarem o consentimento no início do processo, este, também, é remetido para o Ministério Público. -----

Saliento, na nossa intervenção, a colaboração muito importante das entidades de primeira linha, a articulação e destaque, também, o carácter reservado deste processo. Porquê? -----

Porque todas as crianças têm direito à sua privacidade. -----

Também de salientar, que a intervenção da comissão com as crianças e com as famílias cessa com o período de 18 meses, ou seja, não podemos ultrapassar este tempo de 18 meses, e se entendermos que a situação de perigo continua, o processo também é remetido para o Tribunal e temos que efetuar essa comunicação. -----

Passando à apresentação do Relatório, começava por fazer uma breve caracterização processual. -----

O total de entradas de processo de promoção e proteção correspondeu, no ano de 2017, a 568 processos, dos quais 250 transitaram do ano anterior, 234 foram instaurados de novo e 83 foram reabertos. -----

Tendo em conta aqueles que foram arquivados em fase preliminar, o que correspondeu a 53 processos, tendo em conta os processos que foram arquivados em fase pós-preliminar, que correspondeu a 287 processos, e os que foram enviados para outras comissões, perfeitamente a 31 de dezembro de 2017, um total de 224 processos. Portanto, esta é a nossa realidade. Também é importante referir as crianças e jovens em situação de perigo consoante o sexo

-
-

e a faixa etária, salienta-se aqui, que se destaca o género masculino com 55.28% e destaca-se a faixa etária dos 15 aos 17 anos. -----

Quais as situações de perigo mais sinalizadas? -----

- Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, com 99 situações. -----

- Assume comportamentos que afetam o bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada, com 46 situações. -----

- Absentismo e abandono escolar, com 34 situações e destaca-se aqui a faixa etária dos 15 aos 17 anos. -----

Estas situações de perigo estão diretamente relacionadas com três dimensões, que é a dimensão individual, a sociofamiliar e a comunitária. -----

De entre as entidades que mais sinalizam, em 2017 destacamos os estabelecimentos de ensino, com 132 sinalizações e o Ministério Público com 79 sinalizações. -----

Relativamente às medidas aplicadas, é importante salientar a prevalência da criança na família, por isso, a Comissão em 2017 aplicou a medida de apoio junto dos pais a 79,62 dos 319 casos e apenas a 13.16, o que correspondeu a 42 acordos, foi aplicada à medida de acolhimento residencial, em terceiro lugar surge a outra medida que é apoio junto de familiar. -----

A Comissão, também, procura saber sempre se há retaguarda familiar e ver se há alguma possibilidade de aplicar esta medida de apoio junto de outro familiar. -----

Relativamente aos processos remetidos para Tribunal, foram remetidos 96 processos de promoção e proteção, destaca-se aqui, que 41 processos foram remetidos por não consentimento ou retirada de consentimento para a intervenção, 33 processos por não cumprimento do acordo de promoção e proteção e 6 processos por ausência do acordo de promoção e proteção. Portanto, quando os processos são remetidos para o Ministério Público,

deixa de haver intervenção da Comissão. -----
Destacava, também, as ações que foram desenvolvidas pela Comissão. -----
O nosso trabalho não se limita apenas a acompanhar crianças e famílias, mas também,
foram desenvolvidas em 2017, diversas ações e vou destacar uma que tem a ver com a
Campanha Laço Azul. -----
A Comissão do Funchal associou-se à Comissão Nacional e assinalou o mês de abril como
o mês da *Prevenção dos Maus Tratos na Infância*, assim, foram desenvolvidas algumas
ações, nomeadamente, a comemoração do *Dia dos Afetos*. Foram lançados o slogan e a
mensagem: *Dá voz ao que sentes, constrói afetos*, e reunimos cerca de 100 crianças nos
Jardins do Lido e foram desenvolvidas diversas atividades lúdico desportivas, sempre como
forma de proteger e apelar à promoção dos direitos da criança. -----
Foram, também, desenvolvidas algumas ações de sensibilização junto das Escolas Profis-
sionais, dirigidas aos alunos, e aqui considerou-se pertinente abordar o tema *O Amor nas
redes sociais*. -----
Também, foram desenvolvidas ações nas Associações Desportivas durante o mês de abril,
todos os jogadores, quer nos treinos quer nos-jogos, usaram o *Laço Azul* e associaram-se
à nossa campanha. -----
Também, na festa nacional de Basquetebol, em Albufeira, que envolveu cerca de 1500
participantes, foi divulgada a campanha *Laço Azul* junto dos atletas, dos treinadores, dos
dirigentes, dos juizes e dos familiares que acompanharam estas equipas. -----
O Clube Sport Marítimo também se associou a esta campanha. Foi realizado um jogo com
o objetivo de divulgá-la junto do público que participava no jogo, junto das equipas e junto
da arbitragem. -----
Foi criado um poema alusivo à campanha e foi passado nos *spots* publicitários da RTP. --
Realizou-se, também uma marcha contra os maus tratos, envolveram-se os estabelecimen-

64
Lino
e

tos de ensino, as crianças que estão acolhidas em casas de acolhimento e a comunidade em geral. -----

Envolveu-se, também nesta campanha o comércio local através da divulgação da campanha nas suas montras com laços, com poemas e com o que entenderam expor que alertasse as pessoas que se dirigiam àquele comércio local, para a prevenção dos maus tratos na infância. -----

Neste momento, a Comissão está a trabalhar no projeto *Tecer a Prevenção*. Irá ser apresentado o *Plano Local dos Direitos das Crianças*, no dia 26/02/2018, e este projeto surgiu com o objetivo de contribuir para uma cultura de prevenção e dinamizar e envolver toda a Comissão no domínio da prevenção e dos direitos das crianças. O principal objetivo é elaborar um plano estratégico de prevenção do risco e do perigo. -----

Termino citando o Dr. Eduardo Sá, que diz: *As crianças têm direito a brincar todos os dias. Na escola, entre as aulas e ao longo delas (sempre que o professor for capaz de pôr brincar a rimar com aprender). Em casa e ao ar livre – no quarto como num parque – sob o olhar, discreto, dos seus pais. Brincar só ao fim de semana não é brincar: é pôr uma agenda no lugar do coração.*-----

E a nossa missão é fazer valer sempre, sempre os direitos das crianças.” -----

- INSCRIÇÕES: -----

--- A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP, começou por agradecer à Dra. Ana Paula Lino a apresentação do relatório. De seguida deixou as recomendações que se transcrevem: -----

“No Relatório Anual de Atividades referente ao ano 2017, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, na página 15, nº 5, respeitante aos aspetos gerias do funcionamento da CPCJ, o Grupo Municipal do CDS-PP gostaria de deixar aqui duas recomendações. -----

A primeira recomendação tem a ver com o facto de as instalações da Comissão serem partilhadas com outra entidade de âmbito diferente. -----

Apesar de a Comissão ter uma sala de atendimento, uma sala para técnico, uma sala de espera e uma sala para arquivo, as instalações da CPCJ não dispõem de algo muito importante, no nosso ver, que é uma sala de audição de crianças e que, para nós, coloca uma questão muito séria acerca de privacidade de quem ali se desloca. -----

A segunda recomendação prende-se com a falta de condições de segurança que as próprias instalações não oferecem, quer para quem lá trabalha, quer para quem lá se tem de deslocar. -----

De resto e de acordo com os dados aqui apresentados e da análise que fizemos, só podemos deixar ficar aqui o nosso elogio ao vosso trabalho, ao trabalho desenvolvido pela equipa da CPCJ, sobretudo no trabalho de prevenção aos maus tratos na infância." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas, do GMC,** manifestou o seguinte: "Em primeiro lugar queria agradecer à Dra. Ana Paula Lino a apresentação do relatório e aquilo que é o trabalho da CPCJ. -----

Sabemos que é extremamente importante o trabalho que tem vindo a desenvolver, principalmente a articulação com as escolas e enquanto Deputada Municipal e enquanto Professora, é sempre difícil ser confrontada com relatórios desta natureza, porque para todos os efeitos, olhamos para estes números e percebemos que estamos a falar de crianças e jovens e há números que assustam e que nós gostaríamos de ver reduzidos a zero. -----

Analisei o relatório e apesar do número de processos aumentar paralelamente à faixa etária, não pude deixar de olhar para a primeira faixa dos, zero aos dois anos, com cerca de cinquenta processos e fiquei a pensar que, tendo em conta que a maior parte das sinalizações são feitas por instituições públicas, nomeadamente as Escolas e depois o Ministério Público e os Centros de Saúde, eu pergunto-me, quantos casos nesta faixa estarão por

65
Handwritten signature and initials.

—
sinalizar, porque as crianças estão num ambiente muito mais restrito e em que a sinalização é muito mais difícil. -----

Portanto, teremos que pensar em estratégias para sensibilizar familiares, pessoas próximas, vizinhos, para a necessidade de cuidarem daquilo que são os direitos das crianças, principalmente nesta altura em que estão tão resguardadas no ambiente, que na verdade muitas vezes escondem maus tratos. -----

Depois a adolescência, sabemos que a maior parte destes casos tem que ver com o absentismo escolar, mas também é verdade que este tem muitas vezes origem em situações que não têm propriamente que ver com o facto de estarem na escola, mas sim, com o tipo de relações que se estabelecem na escola e que são muito típicas desta altura, porque os pares são extremamente importantes e numa altura em que há uma série de descobertas, de relacionamentos entre pares que podem também contribuir para esse absentismo, fiquei a pensar se não seria interessante uma mais valia para a deteção de comportamentos e situações de risco, se fosse incluído na CPCJ, por exemplo, a UMAR que tem um projeto ARTEMIS que vai às escolas e é um contexto diferente do contexto sala de aula e do tipo de relacionamento que se estabelece com os professores ou com os pais, portanto, elas podem ter um feedback diferente. -----

Na mesma linha de raciocínio, a rede EXEQUO, que com as suas sessões de sensibilização, muitas vezes consegue ter um feedback por parte de adolescentes que estão a atravessar períodos muito complicados e de risco, e que muitas vezes esses adolescentes não conseguem verbalizar com os seus professores porque não estão à vontade e também, não verbalizam com os pais porque têm medo das reações, mas perante aquelas pessoas conseguem fazê-lo. -----

Uma última recomendação seria a importância da disseminação na informação, julgo que seria interessante que a CPCJ tivesse um site com a divulgação dos seus princípios e do

—

seu trabalho, naquilo que é possível, para que, por exemplo, se alguém que sabe que tem um problema, conseguir de forma muito mais célere chegar à CPCJ e poder tratar de alguma questão que tenha que ver com uma criança da sua família, que mora ao lado, etc.”

--- **A Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD**, expôs o seguinte: “O Grupo Municipal do PSD valoriza, em muito, o trabalho realizado por esta Comissão, tanto a Comissão Restrita como a Alargada, não dependendo esta apenas do Município, sendo substancialmente relevante o respetivo número do volume de trabalho desenvolvido por esta Comissão. -----

A Dra. Ana Paula e os restantes membros da Comissão, ao longo de já largos anos, têm feito face a um grande número de processos relativos a menores, em situação que envolve um grau de perigosidade variável em diversas vertentes. -----

O Funchal, como cidade das famílias, é uma das vertentes, também, do projeto do PPD/PSD, e em que sublinha que atendendo à idade, a verdadeira aposta deverá ser feita na prevenção. -----

A atuação atempada evita situações subseqüentes, de maior gravidade, com danos nas pessoas, tanto na fase de crescimento como mais tarde na vida adulta e na vida da família que irão, também, eles integrar. Daí, a importância, do projeto *Tecer a prevenção*. -----

Termino esta palavra, com uma palavra de apoio, agradecimento e elogio a esta Comissão, cuja função fulcral é na defesa dos menores e dos seus direitos.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, relatou o seguinte: “Primeiro começava por referir que no passado recente, este relatório não era função da Presidente da CPCJ, quer no plano nacional quer no plano regional, era da Verreação nos anos anteriores e agora houve esta evolução. -----

É bom que fique assente que no nosso entender as funções da CPCJ são extremamente importantes, mas é reprovável que se tente politizar estes órgãos que gozam de autonomia

—

66
Luis
Luis

e que gozam de funcionários e viatura adstritos à Comissão. -----

No passado recente, a CPCJ funcionava num prédio mais longe do centro e partilhado com várias empresas, não tendo a privacidade desejada, atualmente, tem mais gabinetes e fica situada mais no centro. -----

Esta Assembleia tem por direito e de acordo com a Lei em vigor de eleger através de voto secreto, quatro membros, mesmo que não sejam Deputados Municipais. Atualmente, temos indicado pelo CDS-PP, o Ex-deputado Américo Dias, a Ex-deputada Rosa Oliveira, indicada pelo PPD/PSD, a Valentina Ferreira, indicada pela maioria e a minha pessoa. -----

É extremamente importante a prevenção, que num passado mais longínquo foi mais intensa, fizemos muitos debates com professores universitários do continente, em que a Câmara Municipal do Funchal apoiou com a cedência do Teatro Municipal Baltazar Dias, com o Governo Regional a prometer o pagamento de viagens e a não cumprir essa promessa, mas conseguimos realizar esses debates que são frutivos para construir uma melhor CPCJ. -----

Na Região Autónoma da Madeira há um quadro que é diferente do Continente, que é o abandono escolar que é muito mais elevado do que em outras latitudes e longitudes, e que traz consequências para o nosso trabalho, assim como a taxa de insucesso escolar que é muito mais elevada. -----

Temos outras questões que são transversais ao Município, como a questão do alcoolismo, da toxicodependência, em que, principalmente esta última, tem aumentado significativamente. -----

E há um trabalho que é feito nesta Comissão, que não é só feito para a comunidade escolar, é extremamente importante e fundamental toda a comunidade estar envolvida na defesa e na prevenção dos direitos das crianças e digo toda a comunidade escolar que se inicia nos pais, nos professores, no pessoal auxiliar e todos nós somos importantes, cada um à sua

maneira, para também defendermos de forma intransigente os direitos das crianças." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal**, que acrescentou o seguinte:

"O Projeto Tecer a Prevenção, que está previsto no plano que vai ser apresentado no dia 26/02/2018, dividiu-se em três grandes grupos. O primeiro que fez o diagnóstico do Conselho, o segundo que identifica os fatores de risco e de proteção e o terceiro que fez a audição à comunidade, isto é, foram aplicados questionários, tanto a técnicos profissionais que trabalham diretamente com crianças, como a jovens, no sentido de auscultá-los relativamente não só ao funcionamento da Comissão, mas também aos problemas que os afetam e às necessidades que identificam como prioritárias. -----

Neste plano, considerou-se prioritários três eixos, e estes, têm a ver com o absentismo e o abandono escolar, a exposição a comportamentos que comprometem o desenvolvimento da criança e do jovem e os consumos. -----

É importante dizer que as entidades de primeira linha têm aqui uma obrigação de proteger as crianças, elas aparecem na base da pirâmide e quando não conseguem esta proteção é que passa para o nível seguinte, a Comissão, e quando a Comissão não consegue intervir passa para o Tribunal. -----

Portanto, as entidades de primeira linha têm aqui uma importância muito grande, daí que, nas escolas se desenvolvem projetos no sentido de remover e de diminuir estas situações de perigo. -----

Relativamente à UMAR, esta, assim como outras entidades que consideramos relevantes, é nossa parceira e a aposta será também no combate na diminuição das situações de violência doméstica e tendo em conta sempre a promoção dos direitos humanos." -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, que informou o seguinte: "**Primeira nota –**

67
L.M.P.
A

Esta é a última vez em que a Dra. Ana Paula Lino apresenta o relatório do trabalho efetuado pela equipa que liderou durante seis anos, desenvolvendo sempre um trabalho em prol da defesa e da promoção dos direitos das crianças e jovens do Funchal. -----

Não posso deixar passar este momento sem reconhecer publicamente o seu empenho e dedicação a esta causa, a par da sua constante preocupação em manter o espírito de equipa que ajudasse a encontrar as melhores soluções para os casos que foram chegando à CPCJ. -----

Obrigada também, Dra. Ana Paula, pela colaboração que sempre tive de si. Obrigada pela ajuda que me disponibilizou sempre que tive dúvidas ou, também, eu precisei de ajuda para vos apoiar. Espero que também tenha sentido que este Executivo esteve sempre convosco, tentando dar o máximo de colaboração possível, para que as nossas crianças e jovens que vos foram sinalizadas tivessem o melhor apoio possível e pudessem ver melhoradas as condições do seu dia a dia. -----

Segunda nota - Tem a ver com a minha perplexidade: como é possível que nestes anos do séc. XXI crianças e jovens continuem a sofrer maus tratos físicos e psicológicos, que sejam alvo de negligência, que o abuso sexual e a pornografia infantil sejam uma realidade de uma terra que as pessoas gostam de classificar como um "Cantinho do céu". **Quinhentos e sessenta e sete** processos passaram pelas mãos da CPCJ em 2017. São muitas crianças e jovens e ainda mais as pessoas envolvidas nestes processos. Fora todos os casos que não passam pela CPCJ e vão diretamente para os tribunais. -----

Continuam a ser as escolas quem mais denuncia e sinaliza casos variados de maus tratos. O que nos leva a pensar que a população em geral continua a não querer envolver-se em casos de denúncia de maus tratos. Existem, mas não são denunciados. Conhecem as situações, mas não as denunciam. Ou porque consideram que as crianças são cidadãs de segunda, ou porque não querem ter as complicações que as ações de cidadania podem

acarretar. -----

Por isso, cada vez mais consideramos essencial um trabalho que envolva toda a sociedade nesta luta de defesa e promoção dos direitos das crianças. Por isso, a convicção que temos de que fizemos a aposta certa ao aderirmos ao projeto da UNICEF, de tornar o Funchal uma Cidade Amiga das Crianças. Permite-nos envolver formal e informalmente muitas pessoas e desenvolver trabalho em múltiplas frentes, sensibilizando a população em geral para esta causa e ajudando crianças e jovens a construir projetos de vida felizes. -----

Temos desenvolvido de uma forma sistemática e sustentada um trabalho transversal que ajuda a combater muitas das causas que levam aos maus tratos na infância e juventude. Alertamos e colaboramos no combate à violência doméstica ou à pobreza; promovemos ações na área da igualdade de género e do respeito pela diferença; desenvolvemos trabalho que potencia os valores da tolerância, da participação e da cidadania, envolvendo o maior número possível de pessoas e entidades, de forma a que as crianças e jovens do Funchal sintam que têm voz ativa na sua vida e na cidade em que vivem, que percebam que têm direito a uma vida segura, em paz e com qualidade. -----

Por isso, o que peço aos e às deputadas municipais e aos e às vereadoras é que se envolvam sempre que puderem nas atividades e projetos que este executivo lança, que aceitem os nossos convites de participação, pois estas são causas de humanidade que merecem o apoio e o carinho de todos nós." -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo quinze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

